



RELATÓRIO ANUAL 2020

SICOOB COOPERCRET



SICOOB

SUMÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	03
BALANÇOS PATRIMONIAS	04
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS.....	05
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	06
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE.....	07
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	07
NOTAS EXPLICATIVAS	08
PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	27



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES FEDERAIS NA PARAÍBA –
SICOOB COOPERCRET
CNPJ: 02.275.781/0001-52
NIRE: 25400005175

Assembleia Geral Ordinária

Edital de Convocação

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Federais na Paraíba – Sicoob Coopercret, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 1.749 (um mil, setecentos e quarenta e nove) **associados**, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de março de 2021 às 07h00, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 08h00, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 09h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) dos associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária

1. Prestação das contas do exercício de 2020;
2. Destinação do resultado do exercício 2020;
3. Eleição dos componentes do Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá de forma **DIGITAL**, na sede do Sicoob Coopercret, situada na Avenida Primeiro de Maio, nº 720, Bairro de Jaguaribe - João Pessoa/PB por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopercret/relatorios>

João Pessoa/PB, 26 de fevereiro de 2021

Hermes Lira Moreno
Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAS

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		29.676.663,77	28.138.423,14
Circulante		15.090.534,16	15.063.351,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	10.110.993,14	10.071.385,44
Disponibilidades		213.122,85	405.989,96
Centralização Financeira - Cooperativas		9.897.870,29	9.665.395,48
Instrumentos Financeiros	5	971.641,28	1.026.098,43
Títulos e Valores Mobiliários		971.641,28	1.026.098,43
Operações de Crédito	6	3.901.549,59	3.833.632,57
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		4.011.060,65	3.928.468,26
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(109.511,06)	(94.835,69)
Outros Créditos	7	78.227,18	107.609,07
Créditos por Avals e Fianças Honradas		89.199,17	71.362,35
Rendas a Receber		50.087,89	41.777,85
Diversos		19.271,14	33.928,47
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		8.820,98	3.786,71
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(89.152,00)	(43.246,31)
Outros Valores e Bens	8	28.122,97	24.625,78
Outros Valores e Bens		232,00	428,00
Despesas Antecipadas		27.890,97	24.197,78
Não Circulante		14.586.129,61	13.075.071,85
Realizável a Longo Prazo		13.518.128,65	12.012.664,14
Operações de Crédito	6	13.518.128,65	12.012.664,14
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		13.750.007,26	12.153.741,87
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(231.878,61)	(141.077,73)
Permanente		1.068.000,96	1.062.407,71
Investimentos	9	896.954,18	839.791,17
Participação em Cooperativa Central de Crédito		896.954,18	839.791,17
Imobilizado de Uso	10	149.297,08	214.402,86
Imobilizado de Uso		563.005,94	600.405,95
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(413.708,86)	(386.003,09)
Intangível		21.749,70	8.213,68
Ativos Intangíveis		58.734,21	15.752,20
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(36.984,51)	(7.538,52)
Total do Ativo		29.676.663,77	28.138.423,14
PASSIVO		20.606.463,95	19.525.576,46
Circulante		20.465.846,61	19.405.576,46
Depósitos	11	19.371.563,41	18.640.531,56
Depósitos à Vista		4.714.152,17	3.927.157,56
Depósitos Sob Aviso		96.551,02	94.166,38
Depósitos à Prazo		14.560.860,22	14.619.207,62
Outras Obrigações	12	1.094.283,20	765.044,90
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		12,97	2.744,95
Sociais e Estatutárias	12.1	716.955,95	505.653,78
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	12.2	24.612,53	27.324,80
Diversas	12.3	352.701,75	229.321,37
Não Circulante		140.617,34	120.000,00
Outras Obrigações		140.617,34	120.000,00
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	30	140.617,34	120.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.070.199,82	8.612.846,68
Capital Social	14.a	8.145.561,21	7.634.110,68
De Domiciliados No País		8.254.850,08	7.700.164,77
(-) Capital A Realizar		(109.288,87)	(66.054,09)
Reserva de Sobras	14.b	703.523,71	659.300,73
Sobras ou Perdas Acumuladas	14.d	221.114,90	319.435,27
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		29.676.663,77	28.138.423,14

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Notas				
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		1.509.591,05	3.145.109,92	1.824.063,19	3.668.339,30
Operações de Crédito	16	1.374.887,82	2.796.056,81	1.530.981,60	3.049.929,27
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5	9.558,70	25.063,14	29.282,98	54.134,50
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	125.144,53	323.989,97	263.798,61	564.275,53
Dispêndio da Intermediação Financeira	17	(201.608,98)	(599.553,22)	(450.621,39)	(925.599,19)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(142.981,10)	(385.936,85)	(371.025,46)	(761.931,54)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(58.627,88)	(213.616,37)	(79.595,93)	(163.667,65)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.307.982,07	2.545.556,70	1.373.441,80	2.742.740,11
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(1.039.246,51)	(2.213.001,10)	(1.037.664,06)	(2.176.094,58)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	18	279.266,99	512.235,47	295.069,45	520.806,49
Rendas (Ingressos) de Tarifas	19	138.426,37	291.127,25	149.626,06	269.034,71
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	20	(549.371,56)	(1.151.838,32)	(571.790,12)	(1.123.230,50)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	21	(926.921,18)	(2.014.463,84)	(1.080.762,63)	(2.086.073,53)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(17.916,51)	(31.817,24)	(19.428,99)	(35.609,04)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	22	172.381,61	380.766,26	255.899,74	435.689,52
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	23	(111.224,42)	(181.472,80)	(59.732,63)	(141.008,73)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		-	(4.600,35)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(23.887,81)	(12.937,53)	(6.544,94)	(15.703,50)
Resultado Operacional		268.735,56	332.555,60	335.777,74	566.645,53
Outras Receitas e Despesas		1.848,81	2.284,50	(620,17)	3.274,50
Outras Receitas		1.956,56	2.392,25	15,11	4.151,12
Outras Despesas		(107,75)	(107,75)	(635,28)	(876,62)
Resultado Antes da Tributação e Participações		270.584,37	334.840,10	335.157,57	569.920,03
Imposto de Rendas		-	-	(946,57)	(2.665,50)
Contribuição Social		-	-	(986,04)	(2.776,60)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		270.584,37	334.840,10	333.224,96	564.477,93
Destinações Legais e Estatutárias		-	(73.704,97)	-	(118.037,17)
FATES	14.d	-	(29.481,99)	-	(54.150,11)
Reserva Legal	14.d	-	(44.222,98)	-	(63.887,06)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		270.584,37	261.135,13	333.224,96	446.440,76
Juros ao Capital	15	(5.160,23)	(40.020,23)	(62.318,42)	(127.005,49)
Sobras/Perdas Líquidas		265.424,14	221.114,90	270.906,54	319.435,27

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/2018		6.946.099,96	(63.573,09)	595.413,67	414.506,41	7.892.446,95
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(410.186,63)	(410.186,63)
Ao Capital		7,84	-	-	(7,84)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(4.311,94)	(4.311,94)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.144.524,54	(2.481,00)	-	-	1.142.043,54
Por Devolução (-)		(513.847,55)	-	-	-	(513.847,55)
Estorno de Capital		(425,30)	-	-	-	(425,30)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	564.477,93	564.477,93
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital	15	-	-	-	(127.005,49)	(127.005,49)
Juros ao Capital		123.805,28	-	-	-	123.805,28
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(11.558,74)	(11.558,74)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	14.d	-	-	63.887,06	(63.887,06)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	(42.591,37)	(42.591,37)
Saldo em 31/12/2019		7.700.164,77	(66.054,09)	659.300,73	319.435,27	8.612.846,68
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						
Em Conta Corrente do Associado	14.c	-	-	-	(316.046,67)	(316.046,67)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	14.c	-	-	-	(3.388,60)	(3.388,60)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.115.981,77	(43.234,78)	-	-	1.072.746,99
Por Devolução (-)		(581.968,84)	-	-	-	(581.968,84)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	334.840,10	334.840,10
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital	15	-	-	-	(40.020,23)	(40.020,23)
Juros ao Capital		20.672,38	-	-	-	20.672,38
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	14.d	-	-	44.222,98	(44.222,98)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	(29.481,99)	(29.481,99)
Saldo em 31/12/2020		8.254.850,08	(109.288,87)	703.523,71	221.114,90	9.070.199,82
Saldo em 30/06/2019		7.259.358,55	(48.352,39)	595.413,67	166.565,90	7.972.985,73
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		602.538,29	(17.701,70)	-	-	584.836,59
Por Devolução (-)		(285.537,35)	-	-	-	(285.537,35)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	333.224,96	333.224,96
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital	15	-	-	-	(62.318,42)	(62.318,42)
Juros ao Capital		123.805,28	-	-	-	123.805,28
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(11.558,74)	(11.558,74)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	14.d	-	-	63.887,06	(63.887,06)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	(42.591,37)	(42.591,37)
Saldo em 31/12/2019		7.700.164,77	(66.054,09)	659.300,73	319.435,27	8.612.846,68
Saldo em 30/06/2020		8.062.821,92	(92.137,18)	659.300,73	29.395,73	8.659.381,20
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		581.240,68	(17.151,69)	-	-	564.088,99
Por Devolução (-)		(409.884,90)	-	-	-	(409.884,90)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	270.584,37	270.584,37
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital	15	-	-	-	(5.160,23)	(5.160,23)
Juros ao Capital		20.672,38	-	-	-	20.672,38
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	14.d	-	-	44.222,98	(44.222,98)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	(29.481,99)	(29.481,99)
Saldo em 31/12/2020		8.254.850,08	(109.288,87)	703.523,71	221.114,90	9.070.199,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		270.584,37	334.840,10	333.224,96	564.477,93
Outros Resultados abrangentes		-	-	-	-
Sobras/Perdas Líquidas	2.1.c	270.584,37	334.840,10	333.224,96	564.477,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		270.584,37	334.840,10	333.224,96	564.477,93
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		58.627,88	213.616,37	79.595,93	163.667,65
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		23.887,81	12.937,53	6.544,94	15.703,50
Depreciações e Amortizações		28.347,76	52.551,41	27.951,40	65.426,45
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		381.447,82	613.945,41	447.317,23	809.275,53
Aumento (redução) em ativos operacionais					
Títulos e Valores Mobiliários		8.996,69	54.457,15	(79.134,25)	(347.838,10)
Operações de Crédito		(2.247.637,29)	(1.786.997,90)	(1.052.718,09)	(2.042.057,48)
Outros Créditos		77.272,04	29.381,89	174.347,44	(28.335,45)
Outros Valores e Bens		10.694,12	(3.497,19)	19.650,12	17.867,94
Aumento (redução) em passivos operacionais					
Depósitos à Vista		188.742,93	786.994,61	1.251.103,96	1.182.243,87
Depósitos sob Aviso		724,32	2.384,64	2.571,38	5.303,24
Depósitos à Prazo		(132.686,46)	(58.347,40)	636.833,87	2.350.368,41
Outras Obrigações		305.172,37	296.897,88	(30.298,80)	(149.056,62)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		-	-	(11.558,74)	(11.558,74)
FATES Sobras Exercício		(29.481,99)	(29.481,99)	(42.591,37)	(42.591,37)
Imposto de Renda		-	-	(946,57)	(2.665,50)
Contribuição Social		-	-	(986,04)	(2.776,60)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais					
Atividades de Investimentos					
Aquisição de Intangível		2.149,08	(15.923,90)	(2.250,00)	(4.837,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.149,08)	14.942,25	(15.135,99)	(27.095,99)
Aquisição de investimentos		(29.669,51)	(57.163,01)	(44.546,47)	(61.891,12)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(29.669,51)	(58.144,66)	(61.932,46)	(93.824,11)
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		564.088,99	1.072.746,99	584.836,59	1.142.043,54
Devolução de Capital à Cooperados		(409.884,90)	(581.968,84)	(285.537,35)	(513.847,55)
Estorno/Cancelamento de Capital		-	-	-	(425,30)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(3.388,60)	-	(4.311,94)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	(316.046,67)	-	(410.186,63)
Juros ao Capital pago		20.672,38	20.672,38	123.805,28	123.805,28
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		174.876,47	192.015,26	423.104,52	337.077,40
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.291.548,49)	39.607,70	1.674.762,20	1.981.432,42
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		11.402.541,63	10.071.385,44	8.396.623,24	8.089.953,02
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	10.110.993,14	10.110.993,14	10.071.385,44	10.071.385,44
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.291.548,49)	39.607,70	1.674.762,20	1.981.432,42

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
SICOOB COOPERCRET**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - SICOOB COOPERCRET** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/12/1997**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE – SICOOB CENTRAL NE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPERCRET** possui **1** Postos de Atendimento (PAs) na seguinte localidade: **CAJAZEIRAS - PB**.

O **SICOOB COOPERCRET** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam



as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

- Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Resultado abrangente

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4720 de 30 de maio de 2019, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL NE**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.



k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	213.122,85	405.989,96
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	9.897.870,29	9.665.395,48
TOTAL	10.110.993,14	10.071.385,44

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUA DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 323.989,97 e R\$ 564.275,53, respectivamente, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa - RDI	971.641,28	1.026.098,43
TOTAL	971.641,28	1.026.098,43

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL NE**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.



Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram, respectivamente, R\$ 25.063,14 e R\$ 54.134,50.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	4.011.060,65	13.750.007,26	17.761.067,91	16.082.210,13
(-) Provisões para Operações de Crédito	(109.511,06)	(231.878,61)	(341.389,67)	(235.913,42)
TOTAL	3.901.549,59	13.518.128,65	17.419.678,24	15.846.296,71

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	4.207.406,75	4.207.406,75	-	3.816.501,58	-
A	0,5%	Normal	8.937.915,81	8.937.915,81	(44.689,58)	8.029.133,29	(40.145,67)
B	1%	Normal	2.734.993,60	2.734.993,60	(27.349,94)	2.717.728,52	(27.177,29)
B	1%	Vencidas	102.741,82	102.741,82	(1.027,42)	165.288,08	(1.652,88)
C	3%	Normal	1.265.855,07	1.265.855,07	(37.975,70)	1.016.892,21	(30.506,79)
C	3%	Vencidas	13.941,13	13.941,13	(418,28)	2.047,54	(61,46)
D	10%	Normal	121.841,14	121.841,14	(12.184,11)	107.657,62	(10.765,76)
D	10%	Vencidas	33.427,92	33.427,92	(3.342,79)	8.918,37	(891,84)
E	30%	Normal	109.285,91	109.285,91	(32.785,82)	94.327,23	(28.298,19)
E	30%	Vencidas	45.191,09	45.191,09	(13.557,38)	21.178,42	(6.353,56)
F	50%	Normal	11.398,78	11.398,78	(5.699,39)	25,48	(12,74)
F	50%	Vencidas	28.104,87	28.104,87	(14.052,44)	6.985,24	(3.492,62)
G	70%	Normal	2.190,82	2.190,82	(1.533,62)	29.906,49	(20.934,56)
H	100%	Normal	84.100,86	84.100,86	(84.100,86)	7.039,86	(7.039,86)
H	100%	Vencidas	62.672,34	62.672,34	(62.672,34)	58.580,20	(58.580,20)
Total Normal			17.474.988,74	17.474.988,74	(246.319,02)	15.819.212,28	(164.880,86)
Total Vencidos			286.079,17	286.079,17	(95.070,65)	262.997,85	(71.032,56)
Total Geral			17.761.067,91	17.761.067,91	(341.389,67)	16.082.210,13	(235.913,42)
Provisões			(341.389,67)	(341.389,67)		(235.913,42)	
Total Líquido			17.419.678,24	17.419.678,24		15.846.296,71	

a) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	1.352.382,16	2.658.678,49	13.750.007,26	17.761.067,91
TOTAL	1.352.382,16	2.658.678,49	13.750.007,26	17.761.067,91

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	119.577,77	119.577,77	1%
Pessoa Física	17.641.490,14	17.641.490,14	99%
TOTAL	17.761.067,91	17.761.067,91	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(235.913,42)	(327.495,51)
Constituições	(325.345,81)	(452.421,98)
Reversões	199.825,42	311.638,39
Transferência para prejuízo	20.044,14	232.365,68
TOTAL	(341.389,67)	(235.913,42)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	349.486,71	2%	321.676,95	2%
10 Maiores Devedores	2.555.094,73	14%	2.366.166,68	15%
50 Maiores Devedores	8.117.595,03	45%	7.288.703,40	45%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	427.539,68	293.890,62
Valor das operações transferidas no período	20.044,14	232.365,68
Valor das operações recuperadas no período	(48.399,52)	(98.716,62)
TOTAL	399.184,30	427.539,68

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Avais e Fianças Honrados (a)	89.199,17	71.362,35
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	30.309,60	133,95
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	19.778,29	41.643,90
Diversos		
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	112,75	1.070,00
Impostos e contribuições a compensar	8.820,98	3.786,71
Títulos e créditos a receber	4.880,03	6.016,49
Devedores diversos - país	14.278,36	26.841,98
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (d)	(89.152,00)	(43.246,31)
TOTAL	78.227,18	107.609,07

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 27.673,79), rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 2.635,81).

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB NE referente ao mês de 12/2020.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Vencidas	67,38	67,38	(20,21)	30.570,24	(9.171,07)
F 50% Vencidas	-	-	-	13.433,77	(6.716,89)
H 100% Vencidas	89.131,79	89.131,79	(89.131,79)	27.358,34	(27.358,34)
Total Vencidos	89.199,17	89.199,17	(89.152,00)	71.362,35	(43.246,30)
Total Geral	89.199,17	89.199,17	(89.152,00)	71.362,35	(43.246,30)
Provisões	(89.152,00)	(89.152,00)		(43.246,30)	
Total Líquido	47,17	47,17		28.116,05	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material em Estoque	232,00	428,00
Despesas Antecipadas (a)	27.890,97	24.197,78
TOTAL	28.122,97	24.625,78



(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito	896.954,18	839.791,17
TOTAL	896.954,18	839.791,17

(a) Refere-se a cotas de capital na Central Nordeste, registradas pelo custo de aquisição.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Móveis e equipamentos de Uso	10%	138.050,20	137.661,20
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(96.869,64)	(84.196,61)
Sistema de Comunicação	20%	3.033,31	3.033,31
Sistema de Processamento de Dados	20%	219.372,07	214.179,07
Sistema de Segurança	10%	11.510,00	54.492,01
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(197.128,40)	(201.200,26)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	191.040,36	191.040,36
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(119.710,82)	(100.606,22)
TOTAL		149.297,08	214.402,86

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	4.714.152,17		3.927.157,56	
Depósito Sob Aviso	96.551,02	0,16	94.166,38	0,37
Depósito a Prazo	14.560.860,22	0,14	14.619.207,62	0,33
TOTAL	19.371.563,41		18.640.531,56	

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	964.294,27	5%	767.453,13	4%
10 Maiores Depositantes	4.643.172,51	24%	4.270.799,41	23%
50 Maiores Depositantes	10.839.469,75	57%	10.060.300,48	55%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(944,11)	(2.604,43)	(2.571,38)	(5.303,24)
Despesas de Depósitos a Prazo	(127.388,93)	(354.757,62)	(355.582,53)	(731.491,56)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(14.648,06)	(28.574,80)	(12.871,55)	(25.136,74)
TOTAL	(142.981,10)	(385.936,85)	(371.025,46)	(761.931,54)

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	12,97	2.744,95
Sociais e Estatutárias	716.955,95	505.653,78
Fiscais e Previdenciárias	24.612,53	27.324,80
Diversas	352.701,75	229.321,37
TOTAL	1.094.283,20	765.044,90

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	57.565,52	42.632,99
Resultado de Atos com não Associados (a)	142.418,49	136.127,35
Cotas de Capital a Pagar (b)	516.971,94	326.893,44
TOTAL	716.955,95	505.653,78

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	320,74
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.761,31	6.896,83
Impostos e Contribuições sobre Salários	12.706,40	17.120,97
Outros	5.144,82	2.986,26
TOTAL	24.612,53	27.324,80

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	1.800,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	11,38	11,38
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	161.380,14	72.929,85
Outros Pagamentos	0,02	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	79.044,75	66.107,22
Credores Diversos - País	112.265,48	88.472,92
TOTAL	352.701,75	229.321,37

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e administrativas.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.105.885,47 (R\$ 4.047.276,32 em



31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOPERCREDIT** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2020**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 511.450,53** com recursos provenientes do Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito ou SICOOB Cotas Partes e integralização de juros ao capital.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	8.145.561,21	7.634.110,68
Associados	1.744	1.710

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10/03/2020, os cooperados deliberaram pela distribuição em conta corrente das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 319.435,27.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	294.819,87	437.472,44
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(11.558,74)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	294.819,87	425.913,70
Destinações estatutárias	(73.704,97)	(106.478,43)
Reserva legal - 15%	(44.222,98)	(63.887,05)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(29.481,99)	(42.591,37)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	211.114,90	319.435,27

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 40.020,23, equivalente a 10% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 127.005,49, equivalente a 30% da variação da SELIC.

16. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	651,16	1.860,26	899,70	1.699,69
Rendas De Empréstimos	1.322.009,83	2.694.235,37	1.476.451,28	2.912.944,14
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	5.869,05	14.039,69	15.558,68	36.568,82
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	46.357,78	85.921,49	38.071,94	98.716,62
TOTAL	1.374.887,82	2.796.056,81	1.530.981,60	3.049.929,27

17. Dispêndio da intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(142.981,10)	(385.936,85)	(371.025,46)	(761.931,54)
Provisões para Operações de Crédito	(127.659,50)	(325.345,81)	(149.567,80)	(293.553,32)
Provisões para Outros Créditos	(59.911,39)	(128.151,48)	(36.738,19)	(65.435,05)
Operações de Crédito de liquidação duvidosa - reversão	98.170,20	199.825,42	101.480,17	188.698,04
Outros Créditos de liquidação duvidosa - reversão	30.772,81	40.055,50	5.229,89	6.622,68
TOTAL	(201.608,98)	(599.553,22)	(450.621,39)	(925.599,19)

18. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	101.696,29	210.989,28	106.064,89	183.668,08
Rendas de outros serviços -	177.570,70	301.246,19	189.004,56	337.138,41
TOTAL	279.266,99	512.235,47	295.069,45	520.806,49

19. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	11.039,93	22.690,35	10.711,86	21.341,48
Rendas de Serviços Prioritários - PF	44.423,30	99.981,70	61.789,20	118.573,20
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	82.963,14	168.455,20	77.125,00	129.120,03
TOTAL	138.426,37	291.127,25	149.626,06	269.034,71

20. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(13.540,68)	(27.833,62)	(25.555,20)	(41.300,16)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(89.890,00)	(187.488,30)	(84.960,00)	(182.513,52)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(122.884,64)	(253.390,25)	(132.363,53)	(262.373,84)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(90.728,98)	(191.562,72)	(100.804,59)	(191.548,46)
Despesas de Pessoal - Proventos	(232.270,24)	(488.668,74)	(220.542,53)	(429.242,55)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(57,02)	(57,02)	-	-
Despesas de Remuneração de Estagiários	-	(2.837,67)	(7.564,27)	(16.251,97)
TOTAL	(549.371,56)	(1.151.838,32)	(571.790,12)	(1.123.230,50)



21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Aluguéis	(8.351,46)	(19.393,20)	(11.656,54)	(21.817,24)
Despesas de Comunicações	(42.034,24)	(89.370,71)	(55.157,05)	(89.375,76)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.024,30)	(9.600,28)	(5.945,25)	(11.780,66)
Despesas de Material	(4.156,36)	(8.727,10)	(7.220,83)	(13.117,35)
Despesas de Processamento de Dados	(59.512,13)	(129.980,16)	(80.067,58)	(150.935,00)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(174,90)	(574,90)	(31.714,40)	(35.804,30)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(4.677,18)	(55.050,69)	(5.717,14)	(13.408,63)
Despesas de Publicações	-	(792,00)	(540,00)	(1.520,00)
Despesas de Seguros	(5.184,91)	(8.699,83)	(3.514,92)	(6.653,10)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(130.718,12)	(291.293,43)	(165.560,77)	(328.541,92)
Despesas de Serviços de Terceiros	(31.740,72)	(67.180,73)	(28.630,02)	(46.364,08)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(27.856,66)	(54.995,56)	(27.433,03)	(54.624,58)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(29.786,86)	(49.118,95)	(27.213,87)	(50.884,61)
Despesas de Transporte	(9.405,94)	(26.354,54)	(17.002,73)	(35.051,25)
Despesas de Viagem no País	-	(4.718,75)	(3.195,91)	(7.973,11)
Despesas de Amortização	(1.193,94)	(2.387,88)	(984,66)	(4.146,43)
Despesas de Depreciação	(27.153,82)	(50.163,53)	(26.966,74)	(61.280,02)
Outras Despesas Administrativas	(269.873,89)	(518.792,35)	(273.704,62)	(566.916,66)
Emolumentos judiciais e cartorários	(52,00)	(691,59)	(24,00)	(340,02)
Contribuição a OCE	(5.400,00)	(10.800,00)	(4.500,00)	(9.900,00)
Rateio de despesas da Central	(225.840,12)	(524.761,74)	(258.036,32)	(492.270,32)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(40.783,63)	(91.015,92)	(45.976,25)	(83.368,49)
TOTAL	(926.921,18)	(2.014.463,84)	(1.080.762,63)	(2.086.073,53)

22. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	39.745,48	51.014,74	22.662,72	38.208,79
Rendas de Juros Cartão de Crédito	95.140,40	271.194,72	177.991,18	322.433,19
Outras rendas operacionais	37.495,73	58.556,80	55.245,84	75.047,54
TOTAL	172.381,61	380.766,26	255.899,74	435.689,52

23. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(101.653,59)	(165.201,83)	(54.051,99)	(127.085,21)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1.182,00)	(2.265,60)	-	-
Cancelamento - tarifas pendentes	(8.388,83)	(14.005,37)	(5.680,64)	(13.923,52)
TOTAL	(111.224,42)	(181.472,80)	(59.732,63)	(141.008,73)

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	223.367,75	1,5219%	4.155,64
TOTAL	223.367,75	1,5219%	4.155,64
Montante das Operações Passivas	440.389,38	4,7940%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	264,43	1,33	0,1418%
Empréstimos	283.223,85	6.434,62	1,6173%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	67.890,94	1,4424%	0%
Depósitos a Prazo	1.142.768,76	7,7965%	0,1498%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,2850%	56,0233%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	87,9083% do CDI	166,6352%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	1,6016%
Aplicações Financeiras	4,7940%

d) No exercício de **2020** e **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	13.540,68	27.833,62	25.555,20	41.300,16
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	89.890,00	187.488,30	84.960,00	182.513,52
Encargos – Diretoria e Conselhos	18.956,94	37.913,89	24.480,00	43.107,70

25. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - SICOOB COOPERCET**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL NE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL NE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação



e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPERCRET** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL NE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL NE**:

Descrição	2020	2019
TRANSAÇÕES PATRIMONIAIS		
Participação em Cooperativa Central – Integralização de Capital	896.954,18	839.791,17
Centralização Financeira	9.897.870,29	9.665.395,48
Títulos e Valores mobiliários	971.641,28	1.026.098,43
Rendimentos Centralização Financeira a receber	19.778,29	41.643,90
TRANSAÇÕES DE RESULTADO		
Rentabilidade da Centralização Financeira	323.989,97	564.275,53
Resultado de operações com TVM	25.063,14	54.134,50
Recebimento de Juros integralizado ao Capital	23.669,51	37.493,15
Despesa de Rateio Central	524.761,74	492.270,32

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2020	2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	21.789.207,47	20.205.074,02
Patrimônio de Referência (RWARPS)	8.992.083,11	8.557.728,43
Índice de Basileia %	41,27%	42,35%
Razão de Alavancagem (RA) %	26,51%	26,46%
Índice de imobilização %	1,66%	2,51%

29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	140.617,34	-	120.000,00	-
TOTAL	140.617,34	-	120.000,00	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPERCRET**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

JOÃO PESSOA-PB

MARIA KELLYANE LOPES DE VERAS OLIVEIRA
CONTADORA
CPF: 080.326.154-31
CRC/PB-012269/O-6

HERMES LIRA MORENO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Federais na Paraíba – SICOOB COOPERCRET
João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Federais na Paraíba – SICOOB COOPERCRET, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPERCRET em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 26 de março de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
SOFOCLES BARBOSA DE OLIVEIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Federais na Paraíba - **Sicoob Coopercret**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame dos Balancetes mensais, das Demonstrações Financeiras e Contábeis, juntamente com o parecer da auditoria externa e do Relatório da Administração, relativos ao exercício de 2020, bem como, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do exercício social, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos acima citados sejam aprovados pelos associados na Assembleia Geral Ordinária 2021.

Registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do exercício findo, ao SICOOB Coopercret foram devidamente consideradas.

João Pessoa/PB, 31 de março de 2021.

Carlos Eduardo da Costa
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Francisco Sousa da Silva
Conselheiro Fiscal

José Luceza Linhares Silva
Conselheiro Fiscal

www.sicoob.com.br

RELATÓRIO ANUAL SICOOB COOPERCRET 2020



/sicoobnordeste



/sicoobnordeste

